



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

14 de agosto 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Câmara dos Deputados	Editoria: Notícias	Data: 14/08/12
Assunto: Plenário pode mudar percentual do PIB que será aplicado na educação		Página: Online



EDUCAÇÃO NA MÍDIA
14 de agosto de 2012

PLENÁRIO PODE MUDAR PERCENTUAL DO PIB QUE SERÁ APLICADO NA EDUCAÇÃO

A meta de investimento em Educação é a mais polêmica entre os 20 objetivos do plano, que terá vigência de dez anos

Fonte: Agência Câmara

Oitenta deputados de onze partidos apresentaram um recurso para analisar o Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10) em Plenário. A proposta, aprovada por uma comissão especial no último dia 26 de junho, destina 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País ao setor. Se não houvesse recurso, o projeto seguiria diretamente para análise no Senado.

A meta de investimento em educação é a mais polêmica entre os 20 objetivos do plano, que terá vigência de dez anos. A proposta original do Executivo previa o aumento do investimento em educação dos atuais 5% para 7% do PIB em até dez anos. O índice foi sendo ampliado gradualmente pelo relator, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), que chegou a sugerir a aplicação de 8% em seu último relatório, mas os 10% prevaleceram na comissão.

Pela proposta aprovada no colegiado, o governo se compromete a investir pelo menos 7% do PIB nos primeiros cinco anos de vigência do plano e 10% ao final de dez anos. Com o recurso para ser analisado no Plenário, no entanto, esses valores não estão garantidos. O requerimento, que foi assinado pelo líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), ainda precisa ser acatado pelo Plenário da Câmara. Se for aceito, os 513 deputados poderão aprovar qualquer meta de investimento no setor, que ainda será analisada pelo Senado.

Assunto abrangente

O líder do PSD na Câmara e um dos subscritores do recurso, deputado Guilherme Campos (SP), argumentou que o tema é “delicado” e, que por esse motivo, não poderia ser analisado somente pelos 24 deputados da comissão especial. “Estamos falando de um acréscimo de 100% nos recursos da área. Esse é um valor extremamente vultoso e representativo que merece a avaliação de todos os deputados”, explicou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, que articulou o recurso, também questionou em nota o fato de que o plano aprovado não aponta de onde virá a verba para bancar a ampliação do investimento em educação.

Protelação

Para a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que integra a comissão especial do PNE, no entanto, o recurso é “mais uma manobra do governo para protelar a votação do plano”: “A estratégia agora é atrasar a votação ao máximo, já que o governo não vai querer passar uma imagem ruim em pleno período eleitoral”.

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, divulgou nota contra o recurso. “Levar o PNE ao Plenário significa atrasar os rumos da educação, impor risco de prejuízo ao texto e retardar o direito à educação de milhões de familiares, estudantes e professores brasileiros. Correto seria debater o projeto no Senado, deixando a tramitação avançar”, disse.

O Plano Nacional de Educação define as diretrizes para a área, mas não há risco de interrupção no repasse de verbas para o setor em caso de atraso na deliberação.

Base aliada

Na votação do plano na comissão especial, os deputados da base aliada do governo chegaram a apoiar os 10%. Segundo Dorinha, contudo, o apoio foi resultado da pressão da oposição e das entidades da sociedade civil. “O governo votou com 10% porque não tinha alternativa contra a maioria. Quando viu que ia perder, tentou ganhar pelo menos com a opinião pública”, disse.

O relator do projeto, deputado Angelo Vanhoni, voltou a defender hoje os 8% para o setor: “Estou convencido de que 8% são suficientes para enfrentar os grandes desafios da educação na próxima década, que são a inclusão de crianças e jovens no sistema de ensino e a melhoria da qualidade da educação como um todo”.

Plenário

O líder do PSD não soube avaliar qual será a posição do Plenário caso o recurso seja aceito. “A análise das bancadas e dos deputados é que determinará se haverá um crescimento paulatino ou mais robusto do investimento em educação”, disse Guilherme Campos.

Já Dorinha acredita que deverão prevalecer os 10% no Plenário. “Isso se o tema for a Plenário, porque acredito que esse recurso nem deve ir para frente. Muitos deputados devem retirar suas assinaturas. Que deputado em sua consciência vai querer passar para a Nação que não tem compromisso com a educação?” indagou.

Segundo a Secretaria-Geral da Mesa Diretora da Câmara, não é mais possível a retirada individual de assinaturas do recurso, mas é possível a retirada da proposta. Para isso, seriam necessárias as assinaturas de pelo menos 41 dos 80 deputados que apresentaram o requerimento.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 13/08/12
Assunto: Educação de SC abre concurso para 2 mil vagas de professores		Página: Online



SANTA CATARINA



Educação de SC abre concurso para 2 mil vagas de professores

A habilitação profissional mínima exigida é de licenciatura plena.
O salário inicial é de R\$ 1.490,40.

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina abriu concurso para 2 mil vagas de professor nas séries iniciais e nos níveis de ensino fundamental e ensino médio, nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino. O salário inicial é de R\$ 1.490,40.

As disciplinas são de alemão, artes, ciências, educação física, ensino religioso, espanhol, geografia, história, inglês, italiano, língua portuguesa e literatura, séries iniciais (1º ao 5º ano do ensino fundamental), matemática, biologia, filosofia, física, química e sociologia.

A habilitação profissional mínima exigida é de licenciatura plena na disciplina de atuação.

O concurso é para área 1 (1º ao 5º ano do ensino fundamental anos iniciais), área 2 (6º ao 9º ano do ensino fundamental anos finais) e área 3 (1º ao 3º ano do ensino médio).

As inscrições devem ser feitas pelo site www.acafe.org.br até 5 de setembro. A taxa é de R\$ 50.

O concurso público terá prova objetiva e prova de títulos. A prova objetiva será realizada no dia 30 de setembro. O envio de documentação dos títulos será no período de 30 de outubro a 5 de novembro.

As provas serão realizadas nas cidades de Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Mafra, Palhoça, Porto União, Rio do Sul, São José, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Videira e Xanxerê.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O resultado final com a relação dos aprovados será divulgado no dia 29 de novembro. O preenchimento das vagas na primeira chamada será efetuada nos dias 3 e 4 de dezembro.

Número de vagas por regional:

Araranguá - 56
Braço Do Norte - 33
Blumenau - 112
Brusque - 67
Caçador - 54
Campos Novos - 31
Canoinhas - 59
Chapecó - 54
Concórdia - 30
Criciúma - 78
Curitibanos - 42
Dionísio Cerqueira - 37
Gde Fpolis - 190
Ibirama - 44
Itajaí - 113
Itapiranga - 24
Ituporanga - 44
Jaraguá Do Sul - 102
Joaçaba - 36
Joinville - 160
Lages - 57
Laguna - 44
Mafra - 83
Maravilha - 22
Palmitos - 25
Quilombo - 19
Rio Do Sul - 42
São Joaquim - 45
Seara - 30
São Lourenço Do Oeste - 20
São Miguel Do Oeste - 21
Taíó - 38
Timbo - 62
Tubarão - 42
Videira - 42
Xanxerê - 41



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 13/08/12
Assunto: Secretaria de Educação de Santa Catarina abre vagas para professores		Página: Online



SANTA CATARINA



Secretaria de Educação de Santa Catarina abre vagas para professores

Seleção é para contratação temporária para o ano letivo de 2013. Candidatos devem ter licenciatura plena ou nível superior na área.

A Secretaria de Estado da Educação de [Santa Catarina](#) abriu processo seletivo para a contratação de professores. A seleção é para formação de cadastro de reserva para as vagas temporárias que serão criadas para o ano letivo de 2013. O salário não foi divulgado.

As vagas são para os níveis de ensino fundamental e médio, nas modalidades de educação de jovens e adultos, educação especial, casa familiar rural e do mar, e para educação profissional.

Os candidatos devem ter licenciatura plena ou formação em curso superior na área para concorrer aos postos para ensino fundamental e médio. Já para a educação profissional é preciso ter nível superior na área de atuação. A jornada de trabalho varia de 10 a 40 horas semanais.

O posto para professor de ensino fundamental é para as disciplinas de alemão, artes, ciências, educação física, ensino religioso, espanhol, geografia, geografia, inglês, italiano, língua portuguesa, matemática, séries iniciais, tecnologia educacional e informática e educação especial (professor intérprete de libras, segundo professor bilíngue de libras, segundo professor e professor bilíngue de libras).

O cargo de professor de ensino médio é para as disciplinas de alemão, biologia, espanhol, filosofia, física, geografia, história, inglês, italiano, língua portuguesa e literatura, matemática, química, sociologia, educação infantil, séries iniciais, estágio supervisionado/educação infantil e séries iniciais, educação especial (segundo professor e professor intérprete de libras) e casa familiar nas áreas de ciências da natureza matemática e suas tecnologias, ciências humanas e suas tecnologias e linguagens códigos e suas tecnologias.

A vaga de professor na área de educação de jovens e adultos é para as disciplinas de artes, biologia, ciências, espanhol, filosofia, física, geografia, história, inglês, língua portuguesa, língua portuguesa e literatura, matemática, química, sociologia, alfabetização, nivelamento, educação especial (segundo professor, professor intérprete de libras e professor bilíngue), casa familiar nas áreas de atividades agropecuárias ou pesqueiras, agronegócio, zootecnia, agricultura, recursos pesqueiros, ciências agrárias, ciências da natureza matemática e suas tecnologias, ciências humanas e suas tecnologias e linguagens códigos e suas tecnologias.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Também há vagas para professor de educação especial nas áreas de instrutor de libras, deficiência auditiva, deficiência mental, deficiência visual e misto.

Na educação profissional, as vagas são para as áreas de contabilidade, direito, agronegócio, hospedagem, comércio, alimentos, matemática aplicada, administração, informática, psicologia, inglês técnico, meio ambiente, agropecuária, edificações, recursos humanos, enfermagem, segurança do trabalho, mecânica, eletrônica, desenho, zootecnia, análises clínicas, contabilidade, economia, português instrumental, secretariado, massoterapia, transações imobiliárias, vestuário, química geral, radiologia, saúde bucal, viticultura e enologia e saneamento.

Os professores vão atuar nas cidades de São Miguel do Oeste, Maravilha, São Lourenço d'Oeste, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Campos Novos, Videira, Caçador, Curitibanos, Rio do Sul, Ituporanga, Ibirama, Blumenau, Brusque, Itajaí, Grande Florianópolis, Laguna, Tubarão, Criciúma, Araranguá, Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra/São Bento do Sul, Canoinhas, Lages, São Joaquim, Palmitos, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Quilombo, Seara, Taió, Timbó e Braço do Norte.

As inscrições podem ser feitas até o dia 20 de julho pelo site www.acafe.org.br. A taxa é de R\$ 30.

O processo seletivo é composto por prova escrita e prova de títulos. A prova escrita está prevista para o dia 21 de outubro.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 14/08/2012

Assunto: Notas do Enem – Alunos negros têm médias mais baixas

Página: 27

DIÁRIO CATARINENSE

NOTAS DO ENEM

Alunos negros têm médias mais baixas

Estudantes brancos de escolas particulares têm melhor aproveitamento

Uma distância de 20% separa a nota média de alunos negros de escolas públicas e a de brancos de escolas particulares de Florianópolis, segundo o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A informação, de um levantamento divulgado pela Agência Estado, tem como base o desempenho dos estudantes no Enem de 2010, nas capitais do país.

Os dados de Florianópolis se aproximam aos da média do país. Em todo o Brasil, as notas dos alunos brancos de escolas particulares são, em média, 21% superiores às dos negros da rede pública – percentual acima da diferença de 17% entre as notas gerais dos estudantes da rede privada e os da rede pública, independentemente da cor da pele.

Na capital catarinense, a diferença entre os dois grupos cai apenas na redação, com uma distância de 8%.

MARCELO ROMANO TRAGTENBERG

Comissão de Ações Afirmativas da UFSC

“
É preciso atacar a discriminação com remédios gerais e específicos, com políticas para alunos negros e para melhores escolas públicas.”

Já no país, há desvantagem no desempenho de negros mesmo dentro das escolas públicas, com os brancos apresentando médias 3% maiores.

Para o professor Marcelo Henrique Romano Tragtenberg, da Comissão de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o preconceito racial precisa ser vencido em várias esferas, incluindo a escolar. Ele explica que, além das dificuldades

socioeconômicas, alunos negros enfrentam discriminação de professores.

– Há essa discriminação de achar que negro aprende menos – compara.

Para ele, a questão do preconceito racial é variável nos diferentes estados também em função das questões históricas de cada região. Mesmo assim, ele diz que há tendência de essa distância entre os alunos do ensino médio se mantenha no ensino superior.

Entre as medidas que poderiam reduzir a discriminação em Santa Catarina, ele aponta investir na formação desses universitários. Ele ressalta ainda que é preciso fornecer uma política de apoio pedagógico voltada para os negros e desenvolver ações de incentivo à docência, para que os professores tenham uma postura consciente frente aos estudantes.

Nesse processo, ele acredita que as estatísticas referentes ao assunto podem contribuir, definindo raça e origem escolar dos alunos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 14/08/2012
Assunto: Diferença de desempenho entre alunos negros e brancos é de 20%		Página: 12

JORNAL DE www.santa.com.br
SANTA CATARINA

Educação

Diferença de desempenho entre alunos negros e brancos é de 20%

FLORIANÓPOLIS - Uma distância de 20% separa a nota média de alunos negros de escolas públicas e a de brancos de escolas privadas de Florianópolis, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A informação, de um levantamento divulgado pela Agência Estado, tem como base o desempenho dos estudantes no Enem de 2010, nas capitais do país.

Os dados de Florianópolis se aproximam aos da média do país. Em todo o Brasil, as notas dos alunos brancos de escolas particulares são, em média, 21%

superiores às dos negros da rede pública – percentual acima da diferença de 17% entre as notas gerais dos estudantes da rede privada e os da rede pública, independentemente da cor da pele.

Na capital catarinense, a diferença entre os negros de escola pública e os brancos de escola privada só cai na redação, com uma distância de 8% entre os grupos. No país, há desvantagem no desempenho de negros mesmo dentro das escolas públicas, com os brancos apresentando médias 3% maiores.



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	Data: 14/08/2012
Assunto: Acesso à internet ampliado		Página: 24

Notícias do Dia

Acesso à internet ampliado

SÃO JOSÉ — Até o final do ano, São José contará com 19 unidades dos Catis (Centros de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social). São locais devidamente equipados para acesso à internet e capacitação na área de informática. O Catis do CEM (Centro Educacional Municipal) Antônio Francisco Machado já foi inaugurado, e, nesta semana, outros seis também serão entregues para a comunidade (veja relação completa abaixo).

Nesta quarta-feira, serão inauguradas as unidades no CEM Governador Wilson Kleinubing, em Forquilhas, às 10h, e na Escola Básica Municipal Vereadora Albertina Krummel Maciel, na Fazenda Santo Antônio, às 15h. Além desses locais, os Catis vão funcionar em outras escolas municipais, na Biblioteca Municipal e na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Entre os cursos ministrados nos Catis estão noções em internet, curso

básico (sistema operacional), suíte de aplicativo para escritório sistema operacional (processador de texto, planilha de cálculo, apresentação); sistema operacional (software livre educacional); e suíte de aplicativo para escritório - software livre (processador de texto, planilha de cálculo, apresentação gráfica). O início das atividades nos Catis será definido em conjunto entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Educação.

A implantação dos Catis integra o Projeto São José Cidade Digital para modernização da gestão e inclusão digital. Outro projeto de sucesso da Prefeitura de São José já em operação é a Internet Grátis, que disponibiliza 116 antenas em vários pontos do município para transmissão do sinal. Em quatro meses de funcionamento, Internet Grátis já registrou mais de 250 mil acessos e tem 14.511 usuários cadastrados.



INTERNET

São José oferece acesso grátis via rede sem fio com 116 antenas e já tem 14 mil cadastros